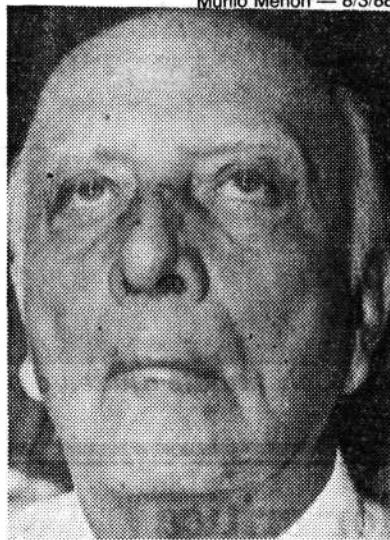


Acordo pode transferir decisão sobre dois turnos em novembro

BRASÍLIA — Começou a ser articulado ontem mesmo um acordo de lideranças na Constituinte, afim de que o princípio dos dois turnos para as eleições municipais seja votado nas Disposições Permanentes, ficando para as Disposições Transitórias a decisão se o pleito deste ano seguirá a norma ou será exceção. Além do PFL, o PDT e o PT já decidiram votar contra os dois turnos. O PSDB insiste na adoção do princípio, apesar de concordar em deixar para as Disposições Transitórias a definição da regra do jogo para a eleição de novembro próximo.

O PFL, que desde sexta-feira se recusava a participar das negociações na Constituinte, voltou atrás depois que o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, assegurou que a definição dos dois turnos será questão aberta na bancada pemedebista. O acordo, fechado entre o próprio Ulysses, o líder do PMDB, deputado Nelson Jobim, o líder do PFL, deputado José Lourenço, e o deputado José Lins (PFL-CE), necessariamente não determina a supressão dos dois turnos, que só poderá ser derrubado no plenário por 280 votos.

Pressão — Não foi só a posição do PFL que fez o presidente Ulysses Guimarães defender a fórmula de abrir questão na bancada do PMDB. Ulysses recebeu telefonemas dos governadores de Minas Gerais, Newton Cardoso, e de São Paulo, Orestes Quercia, contra a adoção do princípio no pleito deste ano. "A proximidade das eleições faz com que muitos companheiros mudem de posição", admitiu o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, que, apesar de ser a favor dos dois turnos, reconhece que



Ulysses: abrindo questão

"nos municípios esse princípio não é tão importante quanto na eleição presidencial".

O deputado Paulo Delgado (PT-MG) disse que o seu partido, mesmo sendo favorável aos dois turnos, votará contra. "Estão querendo transformar um princípio democrático num casuismo, ao estabelecer que apenas nos municípios com mais de 200 mil eleitores a eleição será em dois turnos", argumenta. Delgado admitiu, entretanto, que a posição do PT poderá mudar em função das negociações.

O deputado José Lins informou que o PFL poderá apoiar as emendas que limitam a eleição em dois turnos aos municípios com mais de 200 mil eleitores caso o partido não consiga um acordo para suprimir a questão, pelo menos das eleições deste ano. Os dois turnos, pela previsão das lideranças partidárias, só entrarão em votação amanhã à noite, caso haja quórum para a sessão de hoje à tarde.

Quercia luta por nome em propaganda

O governador de São Paulo, Orestes Quercia, telefonou para os líderes do PMDB, Nelson Jobim; do PFL, José Lourenço; e do PDS, Amaral Netto, pedindo a derrubada do dispositivo da nova Constituição que proíbe a inclusão de nomes, símbolos e imagens dos governantes na propaganda oficial, por caracterizarem promoção pessoal.

"Se uma administração for atacada, como poderemos responder?", perguntou Quercia a Amaral. O governador incumbiu o deputado Michel Temmer (PMDB-SP) de falar pessoalmente com os líderes. O dispositivo, que deve ser votado hoje pela Constituinte, só não foi apreciado na semana passada porque o deputado Ulysses Guimarães manobrou para retirá-lo da pauta.

Aprovada a proibição, campanhas como a do presidente José Sarney, que anuncia "Governo Sarney, tudo pelo social", não poderão mais ser veiculadas. Também não serão toleradas propagandas como as dos ex-ministros do Planejamento Aníbal Teixeira, e da Previdência Social Raphael de Almeida Magalhães, que, ao deixarem o governo, publicaram nos jornais anúncios de página inteira prestando contas do que haviam feito.

Responsabilidade — Quinta-feira passada, o deputado Ulysses Guimarães, ao sentir que havia clima favorável à manutenção da proibição da propaganda pessoal das autoridades, aprovada em primeiro turno, chamou à Mesa o deputado Antônio Perosa (PSDB-SP), autor de um destaque contrário ao dispositivo, e o convenceu a não atender a esquerda, que pedia a retirada da emenda. Ulysses, sem qualquer explicação, adiou a votação do tema, alegando que ele era polêmico.

A manobra foi tão visível que o líder em exercício do PFL, deputado Inocêncio Oliveira (PE), exigiu que seu protesto constasse dos anais da Constituinte. "No futuro, quem tiver o cuidado de ler o que aconteceu aqui, saberá como agiu o presidente da Assembléia", disse Inocêncio. Ulysses respondeu apenas que assumia a responsabilidade pela decisão. Depois, Inocêncio contou: "Ouví quando o doutor Ulysses disse ao Perosa que o fim da propaganda seria prejudicial ao governador Quercia".

Muitos constituintes querem manter a proibição da propaganda dos governadores. Nesse caso está o candidato do

Falta de quórum abre nova fase

A primeira sessão do esforço concentrado convocado pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, para votação da nova Carta registrou a presença de apenas 246 parlamentares, e eram necessários no mínimo 280 para haver votação. O plenário volta a reunir-se hoje, às 13h30.

Ulysses aproveitou a curta sessão para fazer um esclarecimento aos parlamentares. Disse que, ao contrário do que anunciaram os jornais, não afirmou em comício em Minas Gerais que a nova Constituição tem a cara do PMDB. "Não poderia fazer essa afirmação. Primeiro, por que a Constituição é feita por todos; segundo, porque sou um político experiente e não caio numa dessas".

A explicação de Ulysses, porém, não evitou que ressurgisse entre os constituintes a discussão sobre a paternidade da futura Constituição. O deputado Euclides Scalco (PSDB-PR) reivindicou: "Pelos avanços sociais, é uma Constituição bicuda. É tucana. Dois dos principais líderes que a fizeram — o senador Mário Covas e eu — somos do PSDB".

Para o deputado Paulo Delgado (PT-MG) a Constituição tem várias faces. "O capítulo dos Direitos Sociais se parece com o PT. Se não fôssemos nós, não seriam aprovados o direito de greve e a jornada de seis horas", afirmou. O líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP), contestou: "Se há um partido que não tem a menor semelhança com a Constituição, é o PT. Os direitos sociais são do PTB. São a nossa cara."

Mas a deputada Dirce Tutu Quadros (PSDB-SP), ex-PTB, acha que a Constituição não se parece com nenhum partido: "É a cara da frustração do povo brasileiro".

PMDB à Prefeitura de Curitiba, deputado Maurício Fruet: "É preciso acabar com esse culto à personalidade. Essas campanhas custam caro, levando grande parte do dinheiro do contribuinte." Também o deputado Arnaldo Faria de Sá (PJ), candidato a vice-prefeito de São Paulo na chapa de Paulo Maluf (PDS), é a favor da proibição: "Fui um dos autores desse texto".

Se for aprovada pela Constituinte a proibição de inclusão dos nomes dos governantes na propaganda oficial, um dos maiores atingidos será o governador de Minas, Newton Cardoso. Este ano, o governo mineiro investiu em três campanhas: realizações do primeiro ano de administração, de caráter nacional; vacinação contra a paralisia infantil; e alerta contra as queimadas no campo. Em todas, o nome de Newton apareceu com destaque de candidato a presidente da República. Em Belo Horizonte, o assessor de imprensa Carlos Lindemberg disse que, na medida em que a proibição da Constituinte alcançará a todos, "não haverá problemas". Mas lembrou que Newton poderá aparecer na TV inaugurando obras, "sem que isso seja considerado projeção pessoal".